BIG IDEAS
on global issues

Global
Education
Time

IGUALDADE DE GÉNERO

CONCEITOS CHAVE & RESULTADOS DE APRENDIZAGEM



Novembro
2024

Ficha técnica:

Título: Igualdade de género: Conceitos-chave & resultados de aprendizagem

Autoria:
CISP - Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli

Revisão e atualização:
Mariza Soares – Emosciência (Brasil)*
Carolina Hissa – Emosciência (Brasil)*
Miguel de Barros (Guiné Bissau)*
Catarina Ramalho
Alexandra Dias da Silva
Amanda Franco
La Salete Coelho
Sandra Oliveira

*Na medida do possível, procurámos evitar uma abordagem eurocêntrica das temáticas. Nesse sentido, promovemos uma revisão dos materiais por colegas do Sul Global.

Edição:
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo & 4Change

Ano de publicação:
2024

Conceção gráfica:
Zerogravità - Agenzia creativa

ISBN: 978-989-8756-74-9
DOI: 10.57910/ipvc-ese-978-989-8756-74-9

1 SOBRE GÉNERO

Etimologicamente, a questão de género está associada ao processo biológico. Contudo, socialmente, revela o papel masculino e o papel feminino definidos a partir da socialização na família e na sociedade em geral. Constitui-se como a condição na qual o homem e a mulher se encontram e as diferentes funções que se espera que desempenhem na família, na vizinhança, nos bairros e na escola, entre outros. Este status quo, desde tenra idade, reflete-se muitas vezes nas opções tomadas quanto ao futuro. Isto é motivo de preocupação por parte de vários países e organizações internacionais, incluindo a Organização das Nações Unidas e a União Africana, entre outras. O objetivo 5 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foca-se em alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.
Definir alguns termos é essencial para conceber e interpretar a globalidade do assunto da desigualdade de género.

- **Sexo:** cada indivíduo nasce com um sexo biológico, que pode ser masculino, feminino ou intersexo. O sexo, ou o sexo atribuído à nascença, é uma distinção médica e legal sobre a categorização de um indivíduo como "homem" ou "mulher". Estas definições binárias não englobam a multiplicidade de realidades sexuais e identitárias das pessoas intersexo e trans[1].

- **Género:** é uma construção social enquadrada pelas conceções de masculinidade e feminilidade de uma sociedade, no que diz respeito a papéis, comportamentos, expectativas, atividades, identidades e atributos. Este termo é, muitas vezes, interpretado como binário; contudo, histórica e atualmente, o conceito de género é amplo e dinâmico.

Devido a essas construções sociais, tipicamente binárias, ou seja, ou se está vinculado a uma masculinidade ou a uma feminilidade, surgem as chamadas desigualdades em razão do género, que podem ser salariais, na produção e reprodução das diversas violências, no âmbito religioso, na promoção de direitos e efetivação de políticas públicas pelo Estado. É preciso revisitar essas condições históricas e sociais para que as questões relacionadas com o género e com o exercício desses papéis tenham uma perspectiva mais fluída, não binária, pois todas as pessoas – a depender das circunstâncias que a vida apresenta

[1] Bernier, M. D. (2019). Tout nu! Le dictionnaire bienveillant de la sexualité. Les Editions Cardinal.

– ora realizarão papéis predominante masculinos, como por exemplo uma mulher do sexo feminino que queira ser mecânica de automóveis, ou femininos, como por exemplo uma pessoa do sexo masculino ser cuidador de idosos.

Identidade de Género: refere-se à experiência de género individual, inata, profundamente sentida de uma pessoa, que pode ou não corresponder à sua fisiologia ou ao sexo que lhe foi atribuído à nascença. Abrange a perceção pessoal do corpo, o que pode envolver, se escolhido livremente, a modificação da aparência ou do funcionamento corporal por via médica, cirúrgica ou outra, bem como outras expressões de género, incluindo vestuário, linguagem e maneirismos. É de realçar que essa "incompatibilidade" entre o sexo de uma pessoa e a forma como ela quer exercer o seus papéis sociais não deve incorrer na discriminação social.
Existem diferentes identidades de género, uma vez que o género é um conceito fluido, que pode ser interpretado num espectro entre feminilidade e masculinidade. Socialmente, todas as pessoas exercem papéis sociais considerados mais masculinos e mais femininos, como lavar roupa, conduzir, gerir uma casa ou cuidar dos filhos.
Aqui estão alguns exemplos:

Cisgénero: alguém cujo género está alinhado com o sexo atribuído à nascença. Por exemplo, se a pessoa foi designada mulher à nascença por ter uma vagina e se identifica como tal.

Transgénero: o termo é, frequentemente, utilizado para abranger genericamente todas as variantes individuais de género, incluindo transsexuais (pessoas que procuram ou realizaram terapia ou cirurgia de afirmação de género); pessoas que alteram o seu género social por vias não cirúrgicas; indivíduos intersexo, pessoas cujos genitais externos ou sistemas reprodutivos internos não se encaixam nas normas dos corpos masculinos ou femininos; transformistas; e outros que não se conformam às normas sociais típicas para homens e mulheres.

Não-binário: alguém que não se identifica estritamente como homem ou mulher, ou exclusivamente com qualquer género. É comummente utilizado como um termo genérico para identidades exteriores ao binário homem/mulher. Não-binário pode incorporar um âmbito alargado de significados para diferentes indivíduos, tornando esta definição propositadamente ampla.

Em muitas sociedades e documentos internacionais, incluindo a Agenda 2030, continua a ser predominante um esquema binário, enquanto alguns países (tal como Austrália, Áustria, Bélgica, Alemanha, Chile, entre outros) adotaram leis para incorporar identidades de género não-binárias.

Segundo a Comissão de Direitos Humanos de Nova Iorque, existem 31 identidades de género, entre elas estão: agénero, andrógino, género de fronteira, género fluido, género neutro, gender-queer, género em dúvida, género variante, hijra, género não conformista, butch, bigénero, não-binário, male to female (MTF)[2], female to male (FTM)[3], terceiro sexo, nenhum, homem, mulher.

Expressão de Género: A expressão de género é a forma como uma pessoa se apresenta ao mundo, manifestando socialmente a sua identidade de género. Ela é composta por diversos elementos, como: roupa, acessórios, maquilhagem, estilo de cabelo, depilação, comportamentos, expressão verbal, expressão corporal[4].
A expressão de género é diferente da identidade de género, pois a primeira é o que pode ser observado do exterior, enquanto a segunda é a experiência interna e individual da pessoa. A expressão de género pode mudar ao longo do tempo ou face a dadas circunstâncias, mas nem sempre coincide com a identidade de género[5].

Sexualidade: É o conjunto de características sexuais, sentimentos, atitudes e orientações sexuais que definem cada pessoa. É uma condição humana que se constrói desde a infância e é influenciada por diversos fatores, como biológicos, psicológicos, sociais, políticos, culturais, históricos, económicos e religiosos[6]. A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que "Sexualidade é uma energia que nos motiva para encontrar amor, contacto, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental".

Dentro da sexualidade temos a orientação sexual. Esta refere-se à relação afetiva do eu para com o outro. É a exteriorização da preferência de relações afetivas, e não apenas para atos sexuais, com o outro e não deve ser confundida com identidade de género.
De acordo com a sua orientação sexual, uma pessoa pode ser:

Heterossexual: sente atração afetiva e sexual por pessoas do sexo oposto.
Homossexual: sente atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo.
Bissexual: sente atração afetiva e sexual por pessoas de ambos os sexos.
Pansexual: A pessoa sente atração por pessoas independentemente do seu género.
Assexual: A pessoa não sente atração sexual ou afetiva por nenhum género[7].

[2] Sigla reconhecida na versão em língua inglesa, referindo-se à transição de masculino (male) para (to) feminino (female).
[3] Sigla reconhecida na versão em língua inglesa, referindo-se à transição de feminino (female) para (to) masculino (male).
[4] Questões sobre a saúde mental da juventude LGBT+
[5] https://cidadania.dge.mec.pt/sexualidade/identidade-e-genero
[6] Identidade Sexual
[7] Identidade de gênero

A sexualidade é um dos aspetos mais importantes da vida, mas ainda é um assunto tabu em muitas culturas. É um tema complexo e muitas vezes difícil de ser tratado, permeado de dúvidas, preconceitos, estereótipos e tabus[8].

Em suma, identidade de género diz respeito à forma como cada pessoa se identifica para exercer os papéis sociais, enquanto orientação sexual é a preferência afetiva ao escolher alguém para manter uma relação.

Os Papéis de Género referem-se às convenções sociais associadas a diferentes géneros e determinadas pela cultura: cada pessoa recebeu padrões, normas e comportamentos que refletem relações sociais e que foram construídos ao longo de milhares de anos como apropriados ao seu género, seguindo uma lógica binária do que significa ser mulher ou homem.
Tradicionalmente, homens e mulheres têm tido, na maioria das sociedades, diferentes papéis no contexto das relações familiares e sociais, na gestão e propriedade de recursos económicos, gestão do mercado de trabalho e assuntos da esfera pública. Estes papéis estão geralmente sob a alçada dos homens e atribuem-lhes o dever e o poder de tomar decisões nas esferas privada (para si próprios, para as suas esposas e prole) e pública. Os papéis de género têm sido, frequentemente, consagrados na lei. Em muitos países ainda vigoram regulamentos que discriminam as mulheres e pessoas com identidades de género não normativas. Por outro lado, nas sociedades africanas, as dinâmicas culturais e políticas refletem-se na estrutura de gestão política onde o papel do género tem pouca incidência. Por exemplo, na Guiné-Bissau há um grupo étnico cuja sociedade horizontal (sem figura de chefe) implica que o papel do homem e da mulher refletem a mesma posição, sobretudo na comunidade.

Objetivos de aprendizagem

- Cada estudante deverá ser capaz de explicar as diferenças entre os conceitos de sexo, género e identidade de género. Deverá ser capaz de compreender que o mundo e suas relações sociais não são necessariamente binárias e isso deve ser respeitado, com vista a combater as mais diversas formas de preconceito e discriminação. Deverá ser capaz de compreender que a diversidade é base da sociedade e que não existe um certo ou errado a partir da não identificação com determinada construção social. Deverá ser capaz de descrever o que são os papéis de género e como estes influenciam a vida das pessoas. Deverá ser capaz de conhecer a diferença entre identidade de género, expressão de género e orientação sexual.

[8] Sexualidade

2 NORMAS DE GÉNERO

O que são as NORMAS DE GÉNERO?

As Normas de Género são ideias pré-concebidas sobre como mulheres e homens devem ser e agir. Internalizamos e aprendemos estas "regras" muito cedo na vida, o que desencadeia um ciclo de socialização e estereotipia de género. Essas normas são produzidas pelo sistema sexo-género, que regula a organização dos corpos na sociedade.

As normas de género são construídas socialmente e variam extensamente ao longo do tempo, segundo influências culturais, religiosas e comunitárias. Por outras palavras, as normas de género são padrões e expectativas a que geralmente se conforma a identidade de género, dentro de um intervalo de tempo que define sociedades, culturas e comunidades específicas num determinado momento. Tal como defendido por Judith Butler, no seu livro "Gender trouble: Feminism and the subversion of identity" (1990), podemos falar de performatividade de género, ou seja, tanto o sexo como o género são socialmente – mais do que biologicamente – determinados.

Muitas sociedades modernas têm um enquadramento histórico patriarcal, no qual os homens foram predominantes em papéis de liderança política, autoridade moral e controlo da economia. Na esfera familiar, exerciam autoridade sobre as suas esposas e a sua descendência. Ainda existem sociedades em que as mulheres são impedidas de tomar decisões autónomas sobre as suas vidas, mesmo na idade adulta.

Importa mencionar que já existiram muitas sociedades matriarcais ao longo da História. Atualmente podemos referir, a título de exemplo, a etnia dos mosuos[9]. Os mosuos constituem uma comunidade de aproximadamente 40.000 pessoas que vivem entre as províncias de Yunnan e Sichuan, na China, resistindo à cultura patriarcal e mantendo as suas estruturas sociais matriarcais. Vivem ao redor do Lago Lugu, num lugar chamado de "Reino das Mulheres", onde são preservados elementos matrilineares e matrilocais, o que significa que a herança é transmitida de mãe para filha[10]. Um outro exemplo específico é o do grupo étnico Papel/Pepel que tem um modelo social baseado na lógica matrilinear na qual a responsabilidade da mulher é patente, modelo social que também se observa no grupo ético Bijagó. As normas de género podem resultar em estereótipos de género. Um estereótipo de género é uma visão ou preconceito generalizado sobre atributos, características ou papéis que são ou devem ser possuídos ou realizados por homens e por mulheres.

[9] https://www.estadao.com.br/cultura/luciana-garbin/reino-das-mulheres-como-funciona-uma-das-ultimas-sociedades-matriarcais-do-mundo/
[10] https://vidasimples.co/colunista/10-caracteristicas-de-uma-das-ultimas-sociedades-matriarcais-do-mundo/

Alguns exemplos: "As mulheres são naturalmente cuidadoras"; "Os homens são naturalmente líderes", "As mulheres devem cuidar de crianças e pessoas idosas", "As mulheres são propriedade sexual dos homens", "As vítimas de violência sexual expõem-se a si próprias a atos sexuais, por não se vestirem ou comportarem de forma discreta". Muitos destes estereótipos de género são reforçados e perpetuados pelos media, pela publicidade, pelas redes sociais e pelo algoritmo.

Estes estereótipos têm um impacto negativo ao, por exemplo, limitarem a capacidade de mulheres e homens desenvolverem competências pessoais, seguirem carreiras profissionais ou tomarem decisões sobre as suas vidas. Por exemplo, na Guiné-Bissau, as pressões socioculturais e políticas sobre as mulheres são barreiras à sua emancipação nas esferas de tomada de decisão. Existe uma profunda valorização das normas sociais tradicionais que põem em perigo o lugar da mulher nos processos de tomada de decisão. A transposição desses valores para as instituições formais e informais do poder tornam a ascensão das mulheres difícil e desencorajadora (Interpeace e Voz de Paz, 2018). O Índice de Normas Sociais de Género (GSNI)[11] quantifica os preconceitos contra as mulheres, capturando as atitudes das pessoas sobre os papéis das mulheres em quatro dimensões principais: integridade política, educativa, económica e física. O índice (dados de 2023), que abrange 85% da população global, revela que cerca de 9 em cada 10 homens e mulheres têm preconceitos fundamentais contra as mulheres. Quase metade das pessoas do mundo acredita que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres, e duas em cada cinco pessoas acreditam que os homens são melhores executivos de negócios do que as mulheres. Os preconceitos de género são pronunciados tanto em países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo quanto elevado. Esses preconceitos prevalecem entre regiões, níveis económicos, nível de desenvolvimento e culturas, tornando-os um problema global.

As sociedades e culturas evoluem ao longo do tempo, e as normas de género, enquanto construções sociais, também se modificam. As transformações económicas, a propagação de tecnologias e a iniciativa de indivíduos e grupos contribuem para modificar as normas sociais e induzir as instituições a promoverem leis e ações mais adaptadas a novas normas sociais. Por exemplo, o movimento do sufrágio feminino e o impacto da Primeira Guerra Mundial influenciaram o direito das mulheres ao voto, em muitos países europeus, tal como a Polónia, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Áustria, etc., em 1918; em 2016, a República Democrática do Congo reformou o seu Código Familiar, dando às mulheres casadas o direito de trabalhar, abrir contas bancárias e registar um negócio sem necessitar da autorização do marido; em 2023, a UE adoptou uma diretiva de transparência remuneratória, para promover a igualdade salarial para mulheres e homens[12].

[11] Índice de Normas Sociais de Gênero 2023 (GSNI)
[12] https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-equality-strategy_en

Uma iniciativa da União Africana consubstanciou e deu prioridade para "acelerar a consecução da igualdade entre os sexos, e a capacitação de todas as mulheres e raparigas, através do combate à pobreza, do fortalecimento das instituições e da mobilização do financiamento numa perspectiva de género" enfatizando um conjunto de elementos geradores da exclusão, violência e desigualdade, recomendando medidas e ações corretivas no combate às várias formas de exclusão (UA, 2023)[13].

Objetivos de aprendizagem

- Cada estudante deverá ser capaz de identificar fatores que moldam as normas de género. Deverá ser capaz de explicar de que forma é que os estereótipos de género são criados e o seu impacto negativo na vida das pessoas. Deverá ser capaz de explicar como é que as normas de género mudam ao longo do tempo e de dar exemplos de catalisadores dessa mudança. Deverá ser capaz de diferenciar as formas de sociedade possíveis e explicar as razões pelas quais o patriarcado é predominante, justificando a necessidade de uma mudança social para uma sociedade mais igualitária. Deverá ser capaz de apresentar propostas de mudanças que possam combater a desigualdade de género nas mais diversas formas (económica, política, social, laboral, etc.).

3 DESIGUALDADES DE GÉNERO

A desigualdade de género refere-se às oportunidades desiguais ligadas ao género e aos papéis de género, e às expectativas de obter e controlar recursos sociais, económicos e políticos, incluindo proteção ao abrigo da lei (tais como serviços de saúde, educação e direito de voto). A desigualdade de género determina especificamente resultados desiguais e negativos em termos de desenvolvimento e saúde para mulheres e homens e para raparigas e rapazes (UA e ONU Mulheres, 2021). Nota: existem outras dimensões (ex.: disparidade na expressão do TARE - Transtorno Alimentar Restritivo Evitativo, exclusão digital, acesso à saúde, direitos sexuais e reprodutivos, participação nas áreas STEM - Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) que não são abordadas aqui, mas que também importa considerar.

[13] https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-01/pre-csw_68_africa_final_outcome_document_portuguese.pdf

As desigualdades de género classificam-se através da utilização de uma variedade de indicadores, tal como o Índice Global de Diferenças de Género (The Global Gender Gap Index), que compara a desigualdade nas seguintes áreas: participação e oportunidades económicas, desempenho educativo, saúde e sobrevivência, empoderamento político. A desigualdade de género consiste na diferença de posições sociais em torno da relação de poder e prestígio entre homens e mulheres. Em situações diversas, acontece a subalternização e invisibilidade da mulher em função do homem, o que aumenta a vulnerabilidade das mulheres e raparigas. Se o progresso da igualdade de género continuar a progredir ao ritmo observado entre 2006 e 2023 (tal como medido pelo Índice), espera-se que a distância entre géneros seja suprimida dentro de 131 anos. Para além dos estereótipos de género, é também importante considerar a forma como as masculinidades são construídas e utilizadas para reforçar as desigualdades de género. Enquanto as masculinidades hegemónicas se referem aos ideais dominantes, culturalmente construídos, daquilo que significa ser homem – perpetuando o privilégio masculino –, as masculinidades compensatórias incluem um conjunto de comportamentos que visam compensar as ameaças percebidas à construção cultural dominante da masculinidade. Em contrapartida, as masculinidades alternativas desafiam as normas hegemónicas de género sobre o que significa ser homem.
Leis e práticas discriminatórias impedem que mulheres trabalhem ou abram negócios em pé de igualdade com os homens: um exemplo da falta de oportunidades económicas para mulheres é a disparidade salarial[14]. Embora a disparidade salarial de género não seja necessariamente ilegal, reflete discriminação dentro das empresas. Assim, a maioria das mulheres possui empregos mais inseguros e mal pagos, raramente em cargos de gestão a ou de topo, quando comparadas com os homens.

A desigualdade de género manifesta-se de diversas formas, como por exemplo[15]:

- Mulheres ganham menos que os homens
- Menos mulheres em posições de chefia ou em cargos políticos
- Mulheres a trabalhar mais no ambiente doméstico
- Mulheres a exercer mais trabalho não remunerado
- Pressão para adiar a maternidade por medo de perder oportunidades de carreira

Para diminuir a desigualdade de género, é possível:

- Criar políticas públicas que contemplem a licença de parentalidade (para as mães e para os pais)
- Permitir às mulheres que trabalhem fora de casa ou criem o seu próprio negócio
- Aumentar a representação das mulheres em posições de liderança
- Rever os gastos públicos, a infraestrutura financeira, os regulamentos e os mercados de trabalho

[14] World Economic Forum, Global Gender Gap Index 2017
https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2023/economy-profiles-5932ef6d39/
[15] https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/desigualdade-de-genero.htm#:~:text=Desigualdade%20de%20g%C3%AAnero%20%C3%A9%20a,concreta%20daqui%20a%20100%20anos

A discriminação de género pode agravar-se, por exemplo, quando se trata de uma pessoa com deficiência, migrante, ou que pertence a uma minoria ou grupo social marginalizado. Importa notar que as desigualdades de género não se referem apenas às mulheres em sentido biológico, mas no exercício dos papéis de género. Quando a discriminação é baseada em vários fatores interactivos (ex.: classe económica, raça, etnia, deficiência, migração, orientação sexual, identidade de género, religião, idade, ruralidade) que não podem ser distinguidos e separados, falamos de **interseccionalidade**. Por exemplo, quando observadas as questões de categorias minoritárias (LGBTQIAP+), essas desigualdades tornam-se mais severas.

Objetivos de aprendizagem

- Cada estudante deverá ser capaz de compreender que a relação de poder cria desigualdade de género. Deverá ser capaz de apresentar exemplos de desigualdade de género e discriminação. Deverá ser capaz de compreender que as desigualdades de género não se referem apenas às mulheres em sentido biológico, mas no exercício dos papéis de género e que, se observadas as questões de categorias minoritárias (LGBTQIAP+), essas desigualdades tornam-se mais severas. Deverá ser capaz de explicar o conceito de performatividade de género em referência às normas de género. Deverá ser capaz de analisar a construção das masculinidades e a sua relação com a desigualdade de género. Deverá ser capaz de explicar e exemplificar as questões da interseccionalidade de género com raça, classe social, origem, religião e as mais diversas categorizações que acabam por trazer um tratamento subalternizado da mulher e demais minorias.

4 VIOLÊNCIA COM BASE NO GÉNERO

A violência baseada no género (VBG) é um termo abrangente para qualquer ato prejudicial perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se baseia em diferenças socialmente atribuídas entre mulheres e homens. A natureza e extensão de tipos específicos de VBG variam entre culturas, países e regiões (UA e ONU Mulheres, 2021). A VBG resulta de relações de poder desiguais entre homens e mulheres e é uma séria violação dos direitos humanos.
A Convenção de Istambul do Conselho da Europa menciona, por exemplo, os seguintes tipo de violência com base no género: violência psicológica; perseguição; violência física; casamento forçado; violência sexual, incluindo violação; mutilação genital feminina; aborto forçado e esterilização forçada; assédio sexual; cumplicidade, instigação e tentativa de assédio sexual; justificação inaceitável de crimes, incluindo crimes cometidos em nome da chamada honra[16].

[16] https://www.unfpa.org/swp2024

Considerando as novas formas de violência de género, a violência digital (cyberbullying, doxxing, pornografia deepfake, violência algorítmica) também deve ser tida em conta. O novo Relatório sobre o Estado da População Mundial do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), publicado em 2024, afirma que, apesar de algum progresso, o mundo está a recuar nas esferas do sexismo, racismo e outras formas de discriminação. O documento revela que, em 40% dos países com dados disponíveis, a autonomia corporal das mulheres está a diminuir.[17] Neste contexto, as questões relativas ao consentimento devem ser consideradas dentro de uma estrutura ética e legal, incluindo a violência contra pessoas LGBTQ+ e pessoas trans (por exemplo, crimes de ódio, violência policial, violência médico-institucional).

Objetivos de aprendizagem

- Cada estudante deverá ser capaz de definir a violência com base no género e a sua ligação a relações de poder desiguais. Deverá ser capaz de justificar o facto de as mulheres e meninas pertencerem a um grupo mais vulnerável e de dar exemplos de violência com base no género. Deverá ser capaz de identificar diferentes manifestações contemporâneas de violência de género, incluindo a violência digital.

5 IGUALDADE E PARIDADE DE GÉNERO

A **igualdade de género** ocorre quando todas as pessoas tiverem iguais oportunidades, estatuto, direitos e acesso a recursos e serviços, com a possibilidade de participarem nas atividades de uma comunidade (maior ou menor) sem quaisquer barreiras, independentemente do género.
Para garantir essa igualdade, as instituições devem adotar leis, políticas e orçamentos com a perspetiva de género, para além de outras estratégias destinadas a compensar as desvantagens históricas e sociais que impedem mulheres e homens de operar em pé de igualdade. Existem bons exemplos de políticas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e de responsabilidade partilhada (ex.: licença parental igualitária, horário de trabalho, economia dos cuidados) que podem ser seguidas.
A **paridade de género** diz respeito à igualdade em termos de números e percentagens de mulheres e homens, raparigas e rapazes. No contexto da igualdade de género, a paridade de género tem não só uma dimensão numérica, como também uma dimensão substantiva, na medida em que se refere à contribuição igual de mulheres e homens para todas as dimensões da vida, seja ela privada ou pública[18].

[17] https://www.unfpa.org/swp2024
[18] https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus/terms/1258?language_content_entity=pt

Serve de exemplo: o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a independência económica de mulheres e homens; a redução das disparidades salariais, de rendimentos e de pensões entre os géneros para, assim, combater a pobreza entre as mulheres; a promoção da igualdade entre mulheres e homens na tomada de decisões; o combate à violência com base no género e proteção e apoio às vítimas; e a promoção da igualdade de género e dos direitos das mulheres em todo o mundo[19].

A paridade é um meio. A igualdade é o resultado. Alcançar a igualdade requer mudança de normas e valores sociais que conduzam ao respeito mútuo.

- Algumas estratégias para promover a igualdade de género incluem:
- Aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho
- Reduzir as disparidades salariais, de rendimentos e de pensões
- Combater a pobreza entre as mulheres

Objetivos de aprendizagem

- Cada estudante deverá ser capaz de explicar a diferença entre igualdade de género e justiça/equidade de género. Deverá ser capaz de contextualizar dentro das diversas desigualdades sociais aquelas que claramente ocorrem em razão do género. Deverá ser capaz de descrever a necessidade de políticas de correção das desvantagens sociais e históricas das mulheres e de garantia das condições de igualdade.

6 MULHERES PELOS DIREITOS DAS MULHERES

Historicamente, muitas mulheres agiram pela afirmação dos seus direitos. Christine de Pizan (1364-1430) estabeleceu a igualdade intelectual das mulheres e defendeu que a educação, o papel social e as circunstâncias beneficiavam apenas os homens e relegavam as mulheres a um papel secundário. Mary Wollstonecraft (1759-1797) reiterou a ideia de que homens e mulheres deveriam ter acesso às mesmas oportunidades educativas e apelou a que os direitos conquistados pelos homens fossem estendidos às mulheres, incluindo a representação política. Sojourner Truth (c. 1797-1883) fez campanha tanto pelos direitos das mulheres como contra a escravatura, distinguindo-se como uma ativista interseccional.

Movimentos feministas[20] são movimentos políticos comprometidos com a igualdade de direitos, partindo da premissa de que as mulheres são subjugadas devido ao seu género. Todas as pessoas podem ser feministas e agir pela mudança. Não é algo que diga apenas respeito às mulheres. Os homens também podem ser feministas e defenderem a igualdade de direitos.

[19] https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-equality-strategy_en
[20] https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus/terms/1058

Entre as promotoras de mudança estão autoras literárias como Amina Mama, Fatu Sow Sarr, Chimamanda Ngozi Adichie, Fatou Diome, Ding Ling, Maya Angelou; ativistas como Leymah Roberta Gbowee, Angela Davis, Malala Yousefzai e Wangari Maathai; líderes políticas como Ellen Johnson Sirleaf, Vigdís Finnbogadóttir; defensoras como Shirin Ebadi; realizadoras como Deniz Gamze Ergüven; assim como pessoas de todos os setores.
Existem múltiplas e promissoras possibilidades a emergir das correntes feministas atuais: feminismo decolonial, ecofeminismo, feminismo comunitário, feminismo afrodescendente, feminismo trans, entre outras.

Objetivos de aprendizagem

- Cada estudante deverá ser capaz de reconhecer que, historicamente, muitas mulheres agiram pela igualdade de género. Deverá ser capaz de descrever o que são movimentos feministas e o que estes movimentos defendem. Deverá ser capaz de reconhecer a diversidade das correntes feministas e o seu impacto nos contextos globais e locais.

7 ACÇÕES POSITIVAS E BENEFÍCIOS

As Nações Unidas abordam a desigualdade de género na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015). O objetivo Global 5 propõe "Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas através da promoção dos direitos das mulheres, empoderamento económica e redução da pobreza"[21]. A ONU Mulheres é apenas uma das organizações da ONU dedicada à prossecução deste objetivo, uma vez que a concretização do Objetivo 5 requer esforços transversais por parte de um amplo conjunto de intervenientes, a nível local e global. Um relatório da IDEA - Irish Development Education Association (2024) demonstra os avanços e retrocessos da participação política feminina em África[22].

A educação das meninas empodera as mulheres, tanto em casa como no local de trabalho, permitindo-lhes receber remunerações mais elevadas, participar na tomada de decisões que as afetam, e melhorar a saúde de mulheres e crianças, protelando casamentos e gravidezes precoces. A igualdade de género é uma ferramenta para reduzir a pobreza e contribuir para um desenvolvimento económico e social mais sustentável, na Europa e no Mundo.

A Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025, da UE, pretende apoiar as mulheres através da "Diretiva de Transparência Remuneratória" (2023), da "Diretiva sobre equilíbrio de género nos cargos dirigentes" (2022), e da proposta de uma diretiva para combater a violência contra as mulheres e violência doméstica (2022).

[21] https://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/

[22] https://www.idea.int/sites/default/files/2024-07/womens-political-participation-africa-barometer-2024.pdf

Em Portugal, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género é a instituição com a missão da promoção da Igualdade de Género[23], herdeira da Comissão da Condição Feminina que nasceu há quase 50 anos - tal como o direito de voto universal das mulheres - sendo as organizações mais antigas da sociedade civil as históricas organizações APF - Associação para o Planeamento da Família e o movimento GRAAL.

Objetivos de aprendizagem

- Cada estudante deverá ser capaz de refletir e concluir que todas as sociedades atravessam processos de mudança cultural dinâmicos como consequência de processos internos que, muitas vezes, são apoiados por iniciativas internacionais. Deverá ser capaz de discutir exemplos positivos de agendas ou iniciativas que promovem a igualdade de género. Deverá ser capaz de analisar que a igualdade de género produz justiça e que os seus benefícios se estendem a toda a comunidade e possibilitam o desenvolvimento sustentável para todas as pessoas.

[23] https://www.cig.gov.pt/2018/05/publicada-estrategia-nacional-igualdade-nao-discriminacao-portugal/

Global Education Time

globaleducationtime.eu

Lead Partner

CISP
COMITATO INTERNAZIONALE PER LO SVILUPPO DEI POPOLI

Project Partners

APA A PARTNERSHIP with AFRICA

SMC

diamorfosis Innovation Organization for Sustainable Development

COOPERAEUSKADI ONGD

4CHANGE

CAONGD Coordinadora Andaluza de ONGD

ARPOK

ZAGRANICA

Associazione Luciano Lama O.D.V.

Alliance for Regional and Civil Initiatives

ΔΗΜΟΣ ΚΑΣΤΟΡΙΑΣ

Programming period 2024-2027

Co-funded by the European Union

This document has been produced by GET with the financial assistance of the European Union under the DEAR Programme.
The contents of this document are the sole responsibility of GET and do not necessarily reflect the position of the European Unione or the Programme management structures.